



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 6/2008

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO
DE 2008: -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Pedro Nunes, Sara Raquel dos Santos Fresco, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço e António Cardoso Alberto.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e Mário de Jesus Manata. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, começou por saudar todos os presentes, os Srs. Deputados Municipais, Vereação e seu Presidente, Técnicos e Técnicos Superiores da Autarquia e o excelentíssimo Público, com uma saudação especial à Professora Ana Maria, Primeira Dama do Concelho. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

-----Foi posta à aprovação, pelo Sr. 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, a acta da sessão ordinária realizada em 26 de Setembro de 2008, a qual foi **aprovada por maioria** com duas abstenção do Sr. Deputados Gabriel Pinho por não ter recebido correspondência e não saber o que constava na acta e do Sr. Deputado Fernando Manuel dos Santos Alves por ainda não fazer parte da Assembleia naquela data. -----

-----Relativamente à acta aprovada o Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Carlos Milheirão reportando-se à página n.º9, referiu que a Câmara Municipal não tinha tido qualquer papel no encerramento do Centro de Saúde, ao contrário daquilo que constava na acta; que, tinha partido da sua pessoa, na qualidade de funcionário com o acordo da Direcção do Centro de Saúde e com os seus colegas de trabalho, médicos, enfermeiros e auxiliares. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi também posta à aprovação a acta da sessão extraordinária realizada no dia 11 de Novembro de 2008, a qual foi **aprovada por maioria** com uma abstenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho pelo mesmo motivo da anterior. -----

-----O 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim apelou para que todos os Deputados tivessem acesso aos documentos e no caso do Sr. Deputado Gabriel Pinho que lhe fosse enviada a documentação em papel. Convidou ainda todos os Srs. Deputados para o jantar de Natal a realizar-se no final da sessão e informou que a Associação Cultural e Recreativa do Seixo de Mira tinha agendado actuações para o dia 3 e 10 de Janeiro no salão paroquial do Seixo de Mira pelas 9:00 horas, convidando todos os presentes a assistir à actuação do grupo de teatro.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, passou à leitura do expediente informando dos votos de boas festas da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira a todos os membros da Assembleia, à semelhança do Sr. Governador Civil do Distrito de Coimbra e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, agradecendo e retribuindo em nome de toda a Assembleia. Transmitiu ainda, que o Município de Figueiró dos Vinhos anunciava o 1.º Torneio Nacional do Xadrez Inter Municípios, tendo lugar no dia 17 de Janeiro pelas 15:00 horas. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:**-----

-----Iniciou-se este espaço da sessão com a intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho que mais uma vez afirmou não ter recebido qualquer correspondência relativa àquela sessão e como protesto de tal facto iria votar contra todos os assuntos, uma vez que não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha tido acesso a nenhuma informação. Relativamente à ligação do saneamento da Presa referiu que foi dito numa sessão da Assembleia que estaria para breve, Fevereiro ou Março de 2008, mas já tinha passado quase um ano e a situação estava igual. Questionou, qual o critério da Câmara Municipal na cedência de materiais, lancil e pavimento, a particulares ou a instituições, porque tinha conhecimento de situações de pessoas vizinhas que a um foi-lhe cedido material a mais, até para trabalhos particulares e ao outro foi-lhe dito que não havia material disponível. -----

----- Usou da palavra a Sr.^a Deputada Prof. Maria Elzita Seixas começando por dar os parabéns à Câmara Municipal pela iluminação Natalícia do largo e do edifício da Câmara Municipal e questionando a razão pela qual a Igreja não estava também iluminada, referindo também que verificou nos apelos do Sr. Padre à generosidade dos paroquianos para a contribuição das obras de restauro da Igreja, que havia pouca relevância à contribuição da Câmara Municipal, questionando se aquela pouca relevância era proporcional à contribuição da Câmara para as ditas obras de restauro. --

-----Eram quinze horas e vinte cinco minutos quando entrou o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. -----

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, cumprimentando todos os presentes e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que iria questionar os serviços quanto à falta de envio de correspondência da Assembleia Municipal ao Sr. Vereador. No tocante ao saneamento da Presa, recordou que tinha sido aquele executivo que tinha terminado o saneamento



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naquele local, apenas faltava a ligação à Valeirinha e Casal Sobreiro que estava incluído na mesma empreitada e naquele momento já estavam a trabalhar no Casal Sobreiro o que significava que em breve estariam na Presa, lamentando o facto de não estar concluído na data que tinham previsto contudo, não passavam mandatos inteiros para ter água nas localidades porque a Câmara Municipal tinha uma política direccionada para o ataque directo às infra-estruturas. Na questão do tratamento desigual na cedência de materiais, disse que não tinha qualquer fundamento, que não existiam discriminações, questionando o nome das pessoas envolvidas para que os serviços pudessem averiguar a situação. Relativamente à intervenção da Prof. Maria Elzita Seixas, agradeceu o elogio e quanto à questão pertinente da Igreja disse que todos os anos era iluminada, mas como naquele ano estava em obras tinha sido aconselhado, pelo próprio empreiteiro, não iluminar a Igreja. Disse que o Governo do Partido Socialista tinha disponibilizado cerca de 70.000,00 euros para as obras da Igreja e a Câmara Municipal, numa reunião de Câmara, tinha deliberado por unanimidade, a atribuição de mais 25.000,00 euros. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho reforçando que não tinha recebido qualquer correspondência relativa àquela Assembleia e que não gostava que duvidassem da sua palavra. Na questão da cedência de materiais, disse que elementos do executivo e da Câmara já tinham conhecimento dos nomes envolvidos na questão, disponibilizando-se para ir com o Sr. Presidente ao local para que verificasse o sucedido.-----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão questionando se a Câmara Municipal pretendia estabelecer protocolos de delegação de competências com a Juntas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia em 2009. Na questão da recolha de lixo, disse que no Miravillas a recolha era feita diariamente e no Miroásis era feita apenas às segundas, quartas e sextas-feiras mas como actualmente o Miroásis tinha mais habitantes que o Miravillas sugeriu que alterassem a situação. Disse ainda, que tinha questionado e sugerido à Protecção Civil, antes da intervenção no Canal e na Vala Real, a limpeza da Vala da Praia, onde lhe disseram que a Vala estava em bom estado mas como tinha tido queixas de alguns cidadãos dizendo o contrário, sugeriu que também fosse feita uma intervenção naquela Vala. Na questão das construções públicas, algumas da responsabilidade directa da Câmara Municipal, tinha-se apercebido de muitas imperfeições e deficiências na construção o que significava não existir acompanhamento das obras por parte dos serviços técnicos e da fiscalização, exemplificando com o edifício da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que estava cheio de rachadelas nas paredes, com o Centro Cultural que tinha as vigas todas podres e com os armazéns de apoio à Arte Xávega, não falando no local onde tinham sido construídos, referiu a falta de funcionalidade, o peso dos portões e a qualidade do material, atribuindo tais factos à falta de acompanhamento por quem de direito. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e questionando se existia alguma novidade relativamente ao Campo de Golfe; construções da Videira Norte; situação da antiga Casa Fiscal; alertou para a qualidade da luz na Avenida Arrais Baptista Cera onde existia falta de iluminação; questionou que diligências já tinham sido feitas na EN109,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

embora soubesse que não era da exclusiva competência da Câmara Municipal; alertou também para um troço, mínimo, de estrada entre o Orbitur e o Miroásis que estava bastante degradado. Terminando, elogiou a limpeza do canal na Praia de Mira, pecando apenas por ter sido feita só até norte da ponte da Barra. -----

-----O Sr. Deputado João Nogueira usou da palavra desejando a todos os presentes Boas Festas e um Feliz Ano Novo. Continuando, felicitou e agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara por toda a obra feita no Concelho ao longo de todo o mandato, estendendo as felicitações aos funcionários da Câmara Municipal. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal começando por agradecer a intervenção do Sr. Deputado João Nogueira e para dizer que as intervenções dos outros Deputados não estavam muito longe das palavras do Sr. Deputado João Nogueira e que tinham ido ao encontro daquilo que a Câmara Municipal tinha feito e queria fazer. Era o caso dos 20 m de estrada próximo do Clube Náutico, junto dos 8 ou 9 km que já tinham sido feitos; o caso da limpeza do canal de Mira que não sendo da jurisdição da Câmara Municipal mas da competência do Ministério do Ambiente, que nada tinha feito, a Câmara tinha feito a sua obrigação, embora gostasse de prolongar a intervenção até outra parte do Concelho, as verbas não tinham dado para mais e que para o ano de 2009 já estavam contempladas mais verbas para intervenções no Cais do Areão. Relativamente ao Golfe, disse que era uma questão para reflectir no início do ano de 2009 porque para além de ser uma preocupação de investimento turístico era também de carência de receita que deixava de entrar no Município. Na questão da Videira Norte,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que estava a decorrer o processo normal da 1.^a fase na questão administrativa de registo de terrenos. Disse, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e Deputado Carlos Milheirão na sua intervenção, referiu-se a obras que não existiam na Praia de Mira, que tinham sido feitas por executivos que tinha tido a honra de liderar; que, se estavam com problemas a solução passaria por uma vistoria para verificar o sucedido. Quanto aos armazéns, disse que o assunto já estava mais que falado; que, não se entendia com o Sr. Deputado porque tinham opiniões diferentes, mas que os órgãos municipais, as instituições, os pescadores e a população da Praia de Mira tinham aprovado aquele projecto e quanto às questões técnicas e à qualidade do material aplicado disse que tinha tomado nota e iria tentar resolver a questão junto dos serviços. Relativamente à questão da recolha do lixo no Miroásis e Miravillas disse que o protocolo era o mesmo mas que iria averiguar a situação junto da Ersuc. Ainda, em resposta à questão do Sr. Deputado, disse que a Câmara Municipal pretendia estabelecer protocolos de delegação de competências com a Juntas de Freguesia em 2009 com consciência dos problemas e das dificuldades existentes. Disse, que a Vala da Barrinha não tinha jacintos, tinha canas, pedindo também a colaboração da Junta de Freguesia no sentido de melhorar as condições daquela Vala. Terminando, disse que não concordava com a intervenção do Sr. Deputado Juan António relativamente à rede viária do Concelho; que, tinham existido grandes mudanças nos últimos anos, dando como exemplo a Variante, A17, estrada de Mira à Praia de Mira, de Mira a Cantanhede e outras. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, agradecendo a intervenção do Sr. Deputado João Nogueira, apelando a valores com os quais também se identificava e a mensagem que deixou ficar no sentido de se sentirem orgulhosos por estarem num órgão como aquele e de tentarem melhorar a relação entre todos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António questionando, novamente, para quando a intervenção na EN 109. -----

-----Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, lembrou que na inauguração da variante de Mira tinha sido anunciado uma intervenção na EN109, prevista para Janeiro de 2009. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto reportando-se à última acta, que por falta de tempo não tinha esclarecido uma questão merecedora de alguma atenção, o caso do processo Mira Férias. Disse, que tinha pedido a demissão do Sr. Presidente da Câmara, não a título pessoal, mas enquanto Presidente do partido que liderava; que, se tivesse existido honestidade política e intelectual era o que devia ser feito; que, o Sr. Presidente da Câmara e seu executivo defendia na praça pública uma posição contraditória àquela que a Câmara Municipal tinha como sua defesa no Supremo Tribunal Administrativo. Mais, disse que existiam outras situações como o caso do Centro Cultural de Mira; a promessa de resolução em 15 dias da Videira Norte; da Zona Industrial Pólo II, que tinha sido vendida por um executivo Socialista, que passados quatro anos, quando voltou novamente às lides do executivo, indemnizou quem tinha comprado para vender novamente; o esquecimento do Centro Comunitário da Presa; a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão do principio que existia há seis anos atrás, de que a alienação de património era um principio fundamental de que nunca iriam alienar, mas com o tempo os princípios foram-se desvanecendo, não deixando de referir que todos tinham direito a mudar e a amadurecer as suas decisões; que, eram situações como aquelas que também cheiravam mal e pareciam mal para quem de fora assistia e via toda aquela política Mirense. Continuando, questionou o executivo relativamente ao caso do Centro Cultural, onde estava implementado o Núcleo Museológico, quanto tinha a Câmara Municipal pago pelas obras feitas do ex Centro Cultural; qual o custo pago ao empreiteiro a titulo de indemnização ou outros actos compensatórios e qual o valor de outros custos associados à não execução da obra. Terminando, pediu esclarecimento da anulação do concurso da requalificação da EN109. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Cainé, desejando um excelente ano de 2009 a todos. Relativamente ao Natal contou, que depois de um dia de trabalho em Coimbra, na chegada à Vila de Mira, sentiu-se dentro de um espírito Natalício pela dinâmica que a Vila tinha naquele dia, muitas crianças e idosos, acompanhados por alguns funcionários da Câmara Municipal, a participar em actividades da Câmara. Terminou com um reparo ao Pavilhão Municipal, relativamente à existência apenas de dois chuveiros na zona dos duches. -----

----- O Sr. Deputado Pedro Nunes, começou por referir que também não lhe tinha chegado a documentação por escrito e tinha imprimido cerca de 400 folhas. Disse, que a limpeza do canal podia ter continuado para norte, como já tinha sido referido e que não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seria descabida uma intervenção na ponte do Poço da Cruz, ameaçando alguma perigosidade para quem lá passava. Questionou a falta de água em meia dúzia de casas, desde a casa da guarda até ao cruzamento do Areão. Terminando, abordou uma questão já ali referida pelo Sr. Deputado Gabriel Pinho relativamente à cedência de material, nomeadamente pavê, a alguns munícipes; que, concordando com a cedência de material para a construção de passeios, disse que se o munícipe não tinha o bom senso de devolver o material que sobrava e utilizava-o para fins privados, devia existir um maior controlo dos serviços e da fiscalização na aplicação do pavê.-----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que em resposta à intervenção do Sr. Deputado Pedro Nunes disse que pretendiam fazer o levantamento de toda a situação daquela zona incluindo a ponte do Poço da Cruz. No tocante à falta de água referida pelo Sr. Deputado disse que a obra já estava adjudicada e quanto à utilização de pavê para fins privados disse que era uma situação para averiguar e a ser verdade teria que pedir responsabilidades a quem de direito. Agradeceu a intervenção do Sr. Deputado Filipe Cainé, concordando que, de facto, tinha sido um dia muito especial para as crianças e idosos de Mira. Quanto à questão do Pavilhão Municipal, disse que era um assunto que tinha sido motivo de preocupação do executivo mas que estava a ser feito um levantamento de todas as situações idênticas noutros edifícios públicos para proceder à sua resolução. Agradeceu também a intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, referindo que o Sr. Deputado tinha estado nitidamente em campanha eleitoral com as questões levantadas, desvirtuando a verdade das coisas.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esclareceu que não tinha existido nenhuma indemnização ao empreiteiro, simplesmente tinha sido acordado pagar ao empreiteiro o buraco que o anterior executivo tinha feito no Centro Cultural e que tudo tinha sido aprovado nos órgãos municipais; que, depois de o assunto já ter sido debatido tantas vezes e saber a realidade das coisas, com aquele tipo de questões o Sr. Deputado estava a tentar desvirtuar a realidade das coisas e a brincar com coisas sérias à medida que se aproximavam de eleições. Continuando, disse que também não era verdade o que o Sr. Deputado tinha tentado levantar, casos, sombras e escuridões do passado, relativamente a questões do tribunal; que, sem ter falado no assunto directamente, referiu-se a questões que todos conheciam; que, se tinham perdido causas em tribunal mas não tinha sido por nenhum executivo liderado por si mas sim executivos liderados pelo Partido Social Democrata e lamentava que tentassem levantar questões, desvirtuando o bom entendimento entre as pessoas, relativamente àqueles assuntos. Quanto à questão da EN109, tinha sido com surpresa que tinha ouvido da parte do Sr. Deputado falar do concurso anulado; que, desconhecia tal facto, mas a ser verdade e sendo da responsabilidade do Estado iria o mais breve possível averiguar a situação. -----

-----Novamente, o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto interveio para dizer que podia existir alguma falta de entendimento, mas efectivamente aquilo que tinha sido dito e estava escrito num parecer era que o processo Mira Férias, Lda contra o Município de Mira tinha a sua génese num acto de gestão, rescisão unilateral e sem justa causa de um contrato-promessa, celebrado entre o Município de Mira e Mira Férias, Lda, num



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mandato do Partido Social Democrata sob presidência do Sr. João Evangelista Rocha de Almeida; que, não existia nada mais falso que aquilo porque se fosse verdade a Câmara Municipal tinha sido condenada. Disse ainda, que o Sr. Presidente ainda não tinha respondido à questão do custo da obra, tinha voltado a falar no buraco e em tudo, menos naquilo que interessava. Assim, dirigiu um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal para que lhe fosse respondido em tempo legal, o que o executivo do Partido Socialista não informava claramente, nomeadamente quais os custos financeiros reais da anulação do concurso da obra do Centro Cultural e o custo pago ao empreiteiro a título de indemnização ou outras contrapartidas pelas obras feitas no ex Centro Cultural. Relativamente à anulação do concurso da requalificação da EN 109, disse que tinha em seu poder uma publicação de um Jornal Diário que podia facultar ao Sr. Presidente para tirar cópia; que, era da sua parte, a título pessoal, e da disponibilidade do seu partido, se o Sr. Presidente assim o entendesse, ao seu lado fazer travar aquela batalha pela necessidade que aquela estrada tinha para o Concelho de Mira. -----

-----Usou da Palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para dizer que o Centro Cultural era uma obra totalmente ilegal; que, tinha sido aprovado em Reunião de Câmara um acordo com o empreiteiro no sentido de resolver o problema e o valor que o empreiteiro lá tinha gasto durante o anterior executivo era de 57.000,00€, lendo algumas alíneas que provavam a ilegalidade daquela construção. Mais, disse que era um assunto que tinha sido resolvido pelo actual executivo, com um novo projecto perfeitamente legal, enquadrável e necessário para o Concelho, visando um Centro Museológico e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aproveitando ao máximo a estrutura existente. Continuando, disse que seria trágico para o Concelho se a Câmara Municipal tivesse perdido a causa do caso Mira Férias. Relativamente à EN109 disse que não se tratava de travar nenhuma luta; que, todas as estradas que estavam feitas no Concelho eram da responsabilidade de executivos seus, a estrada de Mira a Cantanhede e a estrada de Mira à Praia de Mira eram uma vergonha no tempo de executivos do Partido Social Democrata e que a A17 e a Variante eram obras do governo do partido Socialista. Disse, que não estava com a mão estendida à caridade para tentar resolver o problema da EN109; que, ia averiguar a situação, não deixando de referir que a EN109 tinha graves problemas para resolver, o caso do saneamento que também já estava adjudicado pelo actual executivo. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego questionando o executivo para quando a mudança para os novos armazéns da Câmara Municipal, uma vez que tinha lá passado e verificado que a obra estava concluída. Relativamente ao Núcleo Museológico, era uma obra que lhe agradava bastante e que era negável a grandiosidade e as mais valias que podia trazer para o Concelho, quer a nível científico, quer a nível pedagógico. Terminou elogiando a Festa de Natal, toda a animação no centro da vila e a transmissão em directo para o programa “Portugal no Coração” onde quase não reconheceu o Centro da Vila. ---

----- O Sr. Deputado Fernando Alves, usou da palavra desejando a todos Boas Festas e relativamente ao Núcleo Museológico dizer que a vedação precisava de mais protecção, uma vez que circulavam naquele local um grande número de crianças, sugerindo que durante o decorrer das obras fossem eliminados alguns estacionamento. Questionou



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda um empedrado que tinha surgido junto a uma casa comercial na Praia de Mira que antes era de madeira; que, na sua opinião estavam a deixar que o património que era de todos fosse para bem de um só. -----

----Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho para dizer que, à semelhança de anos anteriores, fizeram uma recolha de fundos para várias instituições, nomeadamente para a Obra de Frei Gil, sobre a qual lhe tinham dito para não levar nada para aquela Obra porque tinham as prateleiras cheias e que estavam a aceitar só dinheiro, questionando o Sr. Presidente sobre tal facto.-----

-----Interveio o Sr. Deputado Carlos Monteiro elogiando o Sr. Presidente pelo saneamento que estava a ser feito por todo o Concelho. No tocante à limpeza da Vala não concordava com aquilo que tinha sido dito porque a Vala estava limpa. Terminou com uma palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Barreto que provavelmente estaria esquecido da destruição do Mercado de Mira e da indemnização dada ao empreiteiro do Cinema da Praia de Mira. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Monteiro, dizer que era uma realidade que o saneamento estava em alta no Concelho e que a limpeza da Vala tinha sido aprovada pelo Ministério do Ambiente. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Grego disse que os novos armazéns já estavam prontos, faltava apenas algum entendimento com terrenos particulares para as estradas de acesso aos armazéns, estando para breve a mudança para as novas instalações. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Fernando



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alves concordou que todo o cuidado era pouco com as crianças; que, depois de tapado o buraco era necessário ter cuidado com o decorrer das obras por estarem numa zona urbana e junto das escolas; que, junto da Protecção Civil iria verificar se seria necessário aumentar a segurança no local. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho, disse que as informações que tinha eram de que a obra de Frei Gil não recusava nada, até mesmo roupas que não se adequavam aos jovens da instituição, aceitavam-nas para depois as encaminhar para os locais certos. -----

----- Eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos quando se iniciou um pequeno intervalo, reiniciando-se novamente a sessão às dezassete horas e vinte minutos. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

---- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que a situação financeira da autarquia estava bem explicada na informação que tinha sido distribuída aos Srs. Deputados, iria apenas explicar ou esclarecer algumas duvidas que pudessem ter surgido. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António questionando, no endividamento líquido municipal, a que se devia um incremento cerca de 1.500.000,00 euros no último trimestre. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que as razões do aumento do endividamento líquido no último trimestre estavam relacionadas com comparticipações comunitárias que ainda não tinham “entrado”, bem como venda do Golfe e escrituras dos terrenos da Videira; que, resolvidas aquelas questões estariam sem qualquer dívida no Município.-----

----Novamente, o Sr. Deputado Dr. Juan António questionou se o Município de Mira tinha sido de alguma forma “actualizado” pelas condições praticadas pelos bancos onde tinham os empréstimos a decorrer e se as verbas, que não estavam a ser utilizadas, tinham alguma comissão de imobilização. -----

----Interveio, o Dr. João Oliveira, Chefe da Divisão Económico Financeira, explicando que aquilo que estava imobilizado e não estava utilizado era uma fatia bastante pequena daquilo que era o endividamento do município às entidades bancárias; que, estavam a falar de verbas residuais, resultantes das expropriações da variante 1.ª fase e tudo aquilo que podia ser libertado em termos de cativação do empréstimo tinha sido feito em devido tempo. Restavam verbas residuais que já não representavam muito, mas que de todo o modo, tinham que ser garantidas para fazer face a eventuais encargos que seguramente, ainda resultariam de questões pendentes e ainda existentes. Relativamente à questão dos juros, disse que não havia qualquer conhecimento, apenas que existia um bom indicador de que a taxa “Euribor” estava cada vez mais baixa podendo resultar em encargos mais reduzidos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- PONTO DOIS: “ Eleição de representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, nos termos da alínea b) n.º 2 do artº. 13º. dos respectivos Estatutos”. -----

---- Usou da palavra o Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário explicando que era competência da Assembleia Municipal eleger os membros que iriam integrara a Assembleia Intermunicipal e antes de entrar no processo eleitoral esclareceu que a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego era constituída pela Assembleia Intermunicipal e o Conselho Executivo. A Assembleia Intermunicipal era o órgão deliberativo da comunidade, constituída por membros das Assembleias Municipais dos Municípios que integravam a comunidade. Depois de uma breve explicação, procedeu-se à votação de uma lista única, composta, em primeiro lugar pelo Dr. Fernando Regateiro, segundo lugar Dr. Raul de Almeida, terceiro lugar Eng.º Calisto Coquim, quarto lugar Dr. Miguel Mingatos e quinto lugar Dr. Paulo Grego, a qual foi votada por escrutínio secreto e aprovada por maioria, com dois votos contra. -----

---- PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos da alínea b), do nº. 2 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Orçamento e Opções do Plano/Mapa de Pessoal para o ano de 2009”.--

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que começou por explicar que o orçamento tinha sido elaborado num contexto de multiplicidade de elementos, como o volume de obras que estavam no terreno, dificuldades financeiras locais e gerais que rodeavam todo aquele contexto, o atraso dos fundos comunitários, nomeadamente



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do QREN e novas transferências e competências para os municípios; que, tinha existido alguma dificuldade em gerir as novas situações, no entanto, apresentava um plano com uma multiplicidade de obras, umas já em execução outras para arrancar; que, não existiam obras novas para deixar a futuros executivos, mas existiam compromissos assumidos que já tinham programado para o mandato, mais de 20.000.000,00 euros, podendo verificar-se o desenvolvimento sustentável do Concelho no plano, nomeadamente, nas áreas de Administração Geral; Protecção Civil; Acção Social; Ordenamento do território; Saneamento; Investimentos de águas; Resíduos Sólidos; protecção e conservação do meio ambiente etc.-----

---- Interveio a Sr.^a Deputado Isabel Cristina Jorge pedindo esclarecimento relativamente a uma redução percentual de 68,8% ou 54,11% de despesa na Acção Social. Congratulava-se com o aumento percentual do saneamento e electricidade que contribuíam bastante para o desenvolvimento e para o bem-estar de uma população. Terminando, disse que não entendia o aumento significativo na área da Cultura e uma redução na Acção Social.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço começando por referir que desde sempre defendeu a necessidade de projectos construídos de forma partilhada para mais facilmente chegarem a consensos e a melhores resultados. Analisando o orçamento deparou-se com questões que levantaram algumas dúvidas, nomeadamente na área da Educação, a construção do Pólo Educativo na zona sul, que apoiava, contudo existia uma parte incoerente com a construção de um novo Jardim Escola na Praia de Mira, na



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zona da Videira Norte; que, se de um lado estavam a aglutinar serviços, noutro lado estavam a separar. Relativamente ao fornecimento de água, já tinha referido por várias vezes o mau estado das condutas mais antigas e da sua perigosidade para a saúde pública e era com agrado que verificou, que aquilo que tinha dito, tinha sido ouvido e era assumido como compromisso, como a substituição das condutas, esperando que não fosse apenas um plano de intenções. Quanto à parte da Cultura, na referência ao investimento do Núcleo Museológico, era referido que aquele Núcleo seria a 1.ª fase de um projecto maior que visava dotar o Concelho de uma rede de pequenas instalações, questionando nas condições actuais, se seria concretizável e viável quer em termos orçamentais, quer em termos de afectação de recursos humanos. Terminando e referindo-se ao Parque de Campismo Municipal, disse que as obras até a altura feitas eram de extrema necessidade e de vontade unânime, contudo, tinha algumas dúvidas no tocante à construção das vinte unidades designadas por “bungalows”; que, estavam em orçamento cerca de 800.000,00 euros para a sua construção, mas juntando os custos com equipamento, manutenção, afectação de recursos humanos para a higiene e limpeza, quanto ficaria o investimento final? Questionou, se a gestão do parque de Campismo iria continuar nos mesmos moldes e que perspectivas existiam para rentabilizar aquele investimento. -----

----- O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, no uso da palavra referiu que aquele orçamento, como qualquer outro, definia as grandes opções que a Câmara Municipal pretendia levar a cabo para o ano de 2009; que, as opções políticas assumidas deviam



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter sido enquadradas numa lógica de desenvolvimento sustentado, que fosse coerente e racional e não o tinha sido. Continuando, disse que aquele orçamento era completamente eleitoralista com frases marcantes de eleitoralismo, lembrando “slogans” de outras candidaturas. Disse, que aquilo que merecia atenção e desagrado naquele orçamento era o aumento das despesas com o pessoal em 20%; que, gostaria de saber se tinha existido alguma alteração no quadro de pessoal do ano passado para aquele ano que merecesse tal aumento de despesa. Lembrou também, que para um Concelho em solidariedade não chegava a presença da televisão à porta de um circo a ver as pessoas de mãos dadas, era necessário que para a Acção Social não houvesse um desinvestimento de 54% em termos de despesa e de 89% em termos de investimento. Resultava também, todo um elencar de obras que continuavam no plano, obras que como tinha referido o Sr. Deputado Paulo Grego, pareciam terminadas como o caso da Lota, Variante Sul, Armazéns da Câmara e Parque de Campismo. Concluindo, questionou o executivo, com aquele orçamento, de que forma é que o Concelho de Mira iria ficar mais bem colocado para atrair mais investimento em termos de empreendedorismo e turismo. Obra era inegável que existia, desde 1993 que o Sr. Presidente, assumia pela primeira vez, a liderança da autarquia e que nos últimos anos, 75% da liderança da autarquia era do Sr. Presidente, assim quando dizia mal de muitas coisas não se podia esquecer que tinha 75% da responsabilidade da má gestão. Continuando e reportando-se a uma das últimas Assembleias em que o Sr. Presidente disse que não queria fazer comparações com Concelhos Vizinhos, disse que o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compreendia perfeitamente e que se estivesse na posição do Sr. Presidente também não queria fazer tais comparações porque compreendia que o Sr. Presidente não quisesse comparar o que era Mira há uns anos atrás, num quadro de referência de região com Cantanhede e com a Tocha. Terminou afirmando que, com aquele plano e orçamento a vida dos Mirenses não se iria reflectir em obras verdadeiramente estruturares que pudessem projectar Mira para um desenvolvimento futuro. -----

--- O Sr. Deputado Dr. Juan António, no uso da palavra disse que como já tinham sido abordados quase todos os assuntos que pretendia questionar, apenas sugeriu que seria importante estabelecer uma legenda dos mapas que se encontravam em anexo para um melhor entendimento de quem não era especialista na matéria, porque muitas vezes era necessário fazer análises de contabilidade pública para contabilidade privada em que as rubricas não eram iguais; que, era necessário saber de onde vinha a forma de realização dos investimentos ou das despesas, saber aquilo que estava em execução ou orçamentado, evitando questões que eram ali colocadas, registando o bom trabalho gráfico e a apresentação cada vez mais cuidada. Continuando, abordou uma questão já referida pelo Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, o incremento substancial das despesas com o pessoal que podia ser justificado por via da assunção de algumas responsabilidades pela Câmara, mas que da análise feita ao mapa de pessoal verificava que a Câmara Municipal era quase o maior empregador do Concelho; que, de facto cada vez que vinha à Câmara Municipal deparava-se com uma cara nova sem saber quais as funções que lhe eram atribuídas. Relevou ainda, no actual contexto económico-social o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decréscimo na Acção Social; que, a rubrica de apoio a famílias carenciadas e recuperação de habitações, apenas tinha 50.000,00 euros orçamentados, verba manifestamente pequena face à dimensão do Concelho e às famílias carenciadas existentes; que, verificou uma tendência crescente do investimento na Cultura e no Desporto e em sectores estratégicos que sempre tinha defendido, como o Turismo não vislumbrava grandes investimentos. -----

- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego começando por referir, que da análise do orçamento e das opções do plano para 2009 não podia estar mais de acordo com o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto quando referiu que existia, nitidamente, um cunho dos “slogans” de há três anos atrás e de algumas promessas eleitorais, mas ainda bem que era assim porque tinha sido naquele cunho e naquele projecto que a população de Mira tinha votado e querendo que ele fosse cumprido; que, teria sido o primeiro a alertar o executivo se ao longo dos quatro orçamentos não tivesse visto aquelas linhas e que ficava contente pelo facto de o Sr. Deputado partilhar a opinião, de que aquele orçamento traduzia aquilo que o povo de Mira tinha escolhido. Continuando, disse que era com muito agrado que via uma grande aposta do executivo no saneamento, mesmo sabendo que eram obras, que muitas vezes tiravam votos por todo o incómodo que causavam durante a sua execução e relembrando o facto de o saneamento no largo da feira em Portomar, na 1.ª fase das obras há quatro anos atrás em igual período eleitoral, não ter sido feito, interrogando se teria sido por falta de coragem e de não querer andar em ano de eleições com estradas esburacadas. Verificou com bastante agrado uma



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande aposta na educação bem como o montante dos subsídios às Associações do Concelho. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente Câmara Municipal, que começando pelas intervenções da Sr.^a Deputada Cristina Jorge relativamente à Acção Social, esclareceu que estava relacionado com a destruição do Mercado de Mira e com o projecto que estava a ser feito da futura Creche na futura avenida que rasgava pelo local dos velhos armazéns da Câmara. Quanto às verbas da Cultura disse que estavam associadas com a construção do Núcleo Museológico e as verbas da Educação com o novo Pólo na Zona Sul. Sem levar à letra a intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, disse que já lá ia o tempo das ideias, dos orçamentos, dos projectos virtuais, da construção de uma nova Câmara com a destruição do Largo do Visconde, dos mercados destruídos e do tempo em que iam para Cantanhede em estradas sem condições; que, aquele era um orçamento de rigor em tempos de desenvolvimento e quando referiu que Mira não se comparava com Concelhos vizinhos era porque tinha o seu ritmo próprio; que, se fizesse a história daquela comparação, seria uma triste realidade de um passado em que os referidos 75% pelo Sr. Deputado, estavam muito mal distribuídos; que, o PPD/PSD tinha estado naquela autarquia durante 22 anos, ele e o Partido Socialista estavam há 11 anos; que, lamentava o facto do Sr. Deputado estar ali apenas ao serviço da política partidária, lamentando também críticas a questões que o próprio Deputado sabia que não eram assim; que, para bem do Concelho de Mira o tempo das Pontes do Cabo do Mar e dos túneis à entrada da Praia de Mira já era passado. Relativamente ao referido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumento das despesas com pessoal, explicou que o orçamento inicial da despesa com pessoal em 2008 era de 3.794.000,00 euros e em 2009 era de 4.500.000,00 euros, traduzindo um aumento absoluto de 727.000,00 euros e um aumento relativo de 19,2%; que, retirando o valor da despesa com pessoal afecto à educação, que era alvo do protocolo de transferência de competências em matéria de educação assinado entre o Município de Mira e o Ministério da Educação no valor de cerca de 40.000,00 euros mês, que em 14 meses igualava a 560.000,00 euros, verba que era participado na integra por transferência do Ministério da Educação, ficavam com um aumento absoluto de 166.100,00 euros e um aumento relativo de 4,4% e retirando os aumentos, já anunciados pelo governo, para as contribuições da Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social no valor de 2,9% e adicionando o valor de aumento do subsídio de alimentação em igual montante passariam a ter um aumento real, em condições normais de 3,5% um aumento efectivo em tempo relativo de 0,9% que mais não era, que o acautelar de eventuais situações que pudessem vir a ocorrer, tais como baixas, promoções, reclassificações e prémios no âmbito do Siadap etc. Salientou ainda que os valores orçados com pessoal nunca eram gastos na integra e que só por política demagógica se podia afirmar que existia aumentos de pessoal de cerca de 20%. -----

---- No uso da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, disse que o Sr. Deputado Luís Lourenço tinha colocado uma questão política, da eventualidade ou não, da necessidade da construção do novo Jardim-de-Infância da Praia de Mira explicando, que com a diminuição de crianças na Praia de Mira estavam a ponderar tal medida; que,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriormente existia um n.º de crianças que não permitia o ensino de qualidade naquelas instalações e numa tentativa de racionalização de meios, não criar uma estrutura totalmente nova, mas aproveitar aquele espaço para o Primeiro Ciclo e construir um Jardim-de-infância novo e estavam a ser estudadas possibilidades de, eventualmente, reformular a Carta Educativa naquele aspecto. Quanto à Zona Sul e o aumento de mais de 400.000,00 euros, basicamente, era o Pólo Educativo Zona Sul, juntamente com as obras de restauro e conservação na Lagoa; que, existiam obras como a rede “wireless” que já estavam implementadas mas como ainda não estavam pagas tinham de constar em orçamento, eram obras que aguardavam as participações comunitárias e assim que chegasse o financiamento, a dívida era paga ao empreiteiro e a obra era fechada. Continuando, disse que não existia qualquer tipo de problema em continuar as coisas boas que vinham de anteriores executivos e mudar as que não concordavam como a obra no Casal de S. Tomé que tinha sido uma obra do anterior executivo, que o actual executivo tinha concluído e inaugurado, continuando a constar em orçamento porque ainda não estava completamente paga. Na Acção Social, a única verba que tinha saído era a que estava prevista para a Creche de Mira; que, tinham sido transferidas verbas para as IPSS porque entenderam que faziam melhor trabalho, assim como as Associações; que, sempre que eram transferidas competências tinham que ser transferidas verbas e relativamente ao 2.º Ciclo iam ser transferidas 38 pessoas para a Câmara Municipal. Na questão da comparação com Concelhos vizinhos e nas áreas que lhe diziam respeito disse que não tinha qualquer problema em fazer comparações; que, o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, como bom político que era, usava as percentagens apenas quando lhe interessavam, porque não sabia louvar as percentagens de o Município de Mira pertencer à Polis, à Ria, nem os 60% e 66% relativos à Indústria, Transportes e Comunicações. -----

--- Retomando a palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Sr. Deputado Luís Lourenço, disse que estava à vontade na questão do orçamento da água do Concelho, porque quando chegou a Presidente da Câmara metade do Concelho não tinha água, contudo existiam sempre questões a melhorar como condutas antigas, já muitas vezes referidas pelo Sr. Deputado. Continuando, disse que não existia nenhum confronto de ideologias, existia um orçamento e o desenvolvimento do Concelho que ultrapassava muito as próprias ideologias. Terminando, pediu que todos se unissem em torno do grande trabalho do executivo e aprovassem aquele orçamento para o ano de 2009, tendo como objectivo o desenvolvimento do Concelho. -----

---- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço voltou a questionar, relativamente ao Parque de Campismo, que tipo de gestão iria ser feita face ao investimento feito nos “bungalows”. -----

---- O Sr. Deputado Carlos Milheirão usou da palavra para questionar relativamente às verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, qual o critério de distribuição dos 100.000,00 euros pelas Juntas de Freguesia, referindo ainda que os “bungalows”, provavelmente, iriam ter muita procura ao longo do ano, até porque já tinha sido abordado por muitas pessoas, questionado se já estariam disponíveis para a passagem de ano. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, assumindo que de facto estava ao serviço da política, esperando que a sua política estivesse ao serviço do povo de Mira e contribuísse para o seu desenvolvimento. Mais, disse que gostaria de lembrar o Sr. Presidente, quando tinha estado como Vereador da oposição, tinha dito frases e reparos como aqueles que ali tinha criticado, expressões como “ plano e orçamento apresentava rubricas de gastos catastróficos com pessoal”, “ existia falta de estratégica e de coerência”. Disse, que estava a fazer uma oposição de divergência e não de politiqueiro porque aquilo que divergiam era numa serie de rubricas abertas de obras que iam sendo feitas, facto que não negava, e como se articulavam e traziam mais valia para o Concelho de Mira; que, no meio de tantas obras, como podiam garantir que os apoios às pequenas e médias empresas e o desenvolvimento do turismo pudesse ser assegurado. Por fim, referiu que no último plano e orçamento vinham contemplados cerca de 5.000.0000,00 euros de vendas de terrenos, pinheiros e outros e no actual orçamento voltavam aparecer cerca de 6.000.000,00 euros; que, o Sr. Presidente tinha tido uma oportunidade única de apresentar um projecto e um programa que fosse ambicioso e que se traduzisse em desenvolvimento e não um programa de obras avulso, onde não existia qualquer tipo de articulação entre elas. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Monteiro para dizer que aquele orçamento era um óptimo orçamento, continha tudo aquilo que ao longo dos anos havia contestado em outros orçamentos, quer em termos de ambiente, ordenamento do território e saneamento básico. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Eram dezoito horas e quarenta minutos quando a Sr.^a Deputada Isabel Cristina Jorge informou que, por motivos de ordem pessoal, tinha que se ausentar daquela sessão, desejando a todos um Bom Ano de 2009. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra e reportando-se à intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que a questão dos protocolos iria ser estudada entre o Executivo e todos os Presidentes de Junta de Freguesia. No tocante aos “bungalows”, referiu ser uma obra que dignificava a Praia de Mira em particular e o Concelho em geral, quanto à gestão disse que existiam ainda algumas dúvidas e que estavam a estudar a melhor forma de gestão. Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, disse que o Sr. Deputado não estava a discutir o orçamento mas a desvirtuar as ideias do próprio orçamento, acrescentado que o Partido do Sr. Deputado, no que dizia respeito ao desenvolvimento do Concelho e à coerência política necessária, tinha deixado bastante a desejar. No tocante às questões relacionadas com empresários, disse que tinham adoptado uma política de tentar salvar tudo aquilo que era possível relativamente a questões do mundo empresarial como a questão da Incubadora, com todos os problemas que ela lhes tinha criado. Continuando, disse que quando o Sr. Deputado falou em empreendedorismo, sem ter referido as Zonas Industriais nem a Pescanova, existindo assim uma tentativa de denegrir todo o trabalho do executivo até pela triste percentagem de 75% que tinha referido; que, o Partido Social Democrata tinha estado no poder desde 1976 e as infra-estruturas mais básicas a nível de rede viária, saneamento e abastecimento de água tinham sido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvidas por executivos seus e ainda hoje andavam a resolver problemas essenciais de saneamento que tinha passado de 11% para quase 60%. -----

--- O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, esclareceu que os 75% a que se tinha referido, correspondiam desde o ano de 1993 até ao presente ano. -----

---- Sem mais intervenções, procedeu-se à votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria**, com nove votos contra do PSD e treze votos a favor do PS e do MEL. -----

---- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

---- O Sr. Deputado Virgílio Cravo Roxo, disse que tinha voado contra o Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2009 porque o Sr. Presidente da Câmara na fase final da sua intervenção comparou tempos difíceis com tempos em que existia recursos; que, toda a sua intervenção tinha sido política. -----

----O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, usou da palavra para dizer que o Orçamento e Opções do Plano para 2009 voltavam a demonstrar a teimosia do executivo em não aceitar publicamente os erros das opções políticas tomadas, na condução dos destinos do Concelho, numa autarquia com uma situação financeira delicada, cujo endividamento tinha vindo a aumentar de modo consistente, bem como as receitas cobradas aos mirenses. Mais, disse que era um Orçamento que reflectia o momento e as preocupações pré-eleitorais, com necessidade de justificação nos textos do documento e com o realçar de frases propagandistas e não um documento que deveria reflectir os interesses de todos os mirenses. Sobre o tão propalado PIDACC nem uma palavra e que na realidade Mira não via contemplado nenhum projecto concelhio. As despesas com o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peçoal disparavam quase 20% naquele orçamento, sendo sempre dada como justificação a assinatura de Protocolo de Transferência de Competências com o Ministério da Educação, questionando qual o motivo para que o município de Mira tivesse corrido com tanta pressa à assinatura de um protocolo que tantos tinham entendido que seria prudente, vê-lo primeiro clarificado. Mais, não era admissível que um executivo reconhecesse a crise generalizada e as dificuldades a ela associada e apresentasse um corte de 89% das despesas com a Acção Social, justamente no momento em que as pessoas mais iriam precisar. Também não era admissível o esquecimento no tecido empresarial do Concelho, não se vislumbrando uma política coerente e de incentivo às pequenas e médias empresas, nomeadamente à competitividade e ao emprego. Não era compreensível, ainda que obras de projectos anteriores vissem no seu conjunto uma notação de milhões de euros naquele orçamento, cuja execução seria previsível, pesar de herança no próximo executivo, destacando a Variante Sul, os Armazéns Municipais, o Parque de Campismo e a Lota, esta última já inaugurada há meses com a presença de um membro do governo. Era inaceitável que um executivo fosse eleito com base no repúdio da venda de bens municipais e viesse apresentar, com base na venda de bens de investimento pré-financial, um rol de projectos de difícil execução, religiosamente guardada para o último ano de mandato e que nada tinha de estruturante para o Concelho, para além das receitas provenientes de vendas já efectuadas em anos anteriores e que se traduziram em chorudas receitas extraordinárias. Disse, que ter no Orçamento verbas de mais de 6.000.000,00 euros de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vendas, de bens de investimento e não ter uma estratégia clara para o Concelho, significava mais um ano perdido na corrida à modernidade e ao desenvolvimento. Por todas as razões referidas, os deputados municipais eleitos pelo PSD, não conformados com aquele Orçamento e Plano para o ano de 2009, que nada de estruturante mudaria no Concelho a não ser o aumento do endividamento e das despesas e, consequente o agravamento da situação da autarquia que o próximo executivo iria herdar, tinham votado contra o Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2009. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que, segundo aquilo que tinha lido, um orçamento era um documento que devia traduzir opções de políticas assumidas numa lógica de gestão equilibrada, coerente e racional. Uma política séria que previa, segundo algumas opiniões, uma gestão e política de rigor e tal facto, além do exposto era considerado um manifesto do Partido Socialista de Mira. -----

-----O Sr. Deputado Carlos Monteiro, no uso da palavra disse que tinha votado favoravelmente o Orçamento, assim como toda a sua bancada, porque pessoalmente aquele tinha sido dos melhores Orçamentos que tinha visto nos últimos quinze anos na Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Deputado Gabriel Pinho interveio para dizer que depois de ter ouvido todas as intervenções quer dos Srs. Deputados quer do Sr. Presidente lamentava o facto de não se recordarem daquilo que tinha sido feito pelo PSD, após 25 de Abril, nomeadamente, o Centro Cívico, Edifício da Finanças, Centro de Saúde, Escola



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Secundária; Posto da GNR, Variante Norte e Sul, Centro de Saúde dos Carapelhos, Barra, Seixo e da Lentisqueira; Edifício dos Bombeiros Voluntários e muitos outros.----

-----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia referiu que existia o requerimento da bancada do PSD que tinha sido aceite pela mesa e remetido ao Presidente da Câmara para ser dada resposta directa à bancada do PSD.-----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----
